

PERFORMANCE



Revista *Super*



ISSN 1985-0074

7 169893 41174262

CAPA
**IVES GANDRA
MARTINS**

PENAL
KAKAY

PROCESSUAL
**SERGIO
BERMUDES**

TRAJETÓRIA
**NELSON
WILIANS**

EMPRESARIAL
**NELSON
EIZIRIK**

MAGISTRATURA
**MARIA
BERENICE DIAS**



Acervo Ives Gandra Martins

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS:

A SIMPLICIDADE *do* GÊNIO

Humanista por essência e polímata por formação, Ives Gandra da Silva Martins representa a sabedoria, a originalidade e a pureza de um gênio brasileiro. Sua trajetória é marcada pela excelência nas distintas dimensões que construiu: professor, advogado, acadêmico, poeta, literato, perfumista, faixa preta no karatê. Exímio intelectual de nosso tempo, Ives Gandra protagonizou diversos casos do Direito junto às altas cortes brasileiras, sendo reconhecido, renomado e premiado por seus feitos e realizações.

De uma pergunta, pinta um quadro, cujos traços, texturas e cores são marcados pela sabedoria de quem lê os fenômenos em causa, aliada a uma aplicabilidade prática que traz a efetiva resolução. Por trás de quem emana integridade, profundidade e, sobretudo, amor ao que faz, encontra-se a simplicidade de alguém que se assume um cidadão comum, que vê na ética, no trabalho e no estudo pilares da excelência para tudo o que faz.

por **Ricardo Schaefer** e **Mami Ueno**

Há 2.600 anos Lao Tsé afirmava “pela posição, rios e mares são capazes de agir como quem reina os cem vales”. Hoje, Ives Gandra da Silva Martins se posiciona simplesmente como um “cidadão comum”. Humildade e simplicidade são virtudes presentes nos grandes sábios e gênios da humanidade.

Em seus 87 anos de intensas atividades vividas com o todo de seu corpo e alma, expressos como intelecto, vontade e capacidade de produção e ação, é expoente no campo cultural, literário, esportivo, jurídico e acadêmico, um excepcional polímata brasileiro.

Nascido em 1935, em São Paulo, é filho de imigrante português. Seu pai, José da Silva Martins, um humanista laico, homem culto, autodidata ao mesmo tempo empreendedor, imigrou para o Brasil em 1927. Deu aos seus quatro filhos uma educação espartana de elevada formação cultural. Não por acaso, dois são musicistas, o maestro João Carlos Martins e o Professor José Eduardo Martins.

Ives Gandra Martins começou a trabalhar cedo, aos 14 anos, pois o pai o preparava para sucedê-lo na empresa de perfumaria, fruto de uma parceria com empresa francesa. Dos 14 aos 19 anos, dedicou-se ao negócio da família, em



Acervo Ives Gandra Martins



Acervo Ives Gandra Martins



Acervo Ives Gandra Martins



Ives Gandra Martins construiu-se como um polímata buscando a excelência nas variadas trajetórias percorridas: de perfumista a faixa preta no karatê, de advogado a professor, de acadêmico a poeta.

paralelo aos estudos no curso de Direito, pois viu que o Direito era fundamental para os negócios. Nesse período, teve a oportunidade de viajar (a navio) para a França, fez o curso de perfumaria em Grasse, realizou contatos com grandes artistas e personagens da época, como Gary Cooper, Kirk Douglas, Jean Cocteau, Olivia de Havilland, dentre outros.

Com o tempo, deu-se conta que o seu negócio não era a perfumaria, mas o Direito. Decidiu deixar o negócio da família e seguir exclusivamente a carreira na advocacia. Em seu início de carreira, participou intensamente da vida política, defensor do parlamentarismo, aos 27 anos foi presidente do Partido Liberal de São Paulo entre 1962 a 1964. Com a intervenção militar, mediante AI-2 de 1965, todos os partidos políticos foram dissolvidos, ocasião em que decidiu nunca mais fazer política partidária na sua vida. Um momento que serviu de divisor de águas, pois, em suas palavras, “decidiu ser apenas advogado e professor e, nesta condição, exercer a cidadania”.

Em sua trajetória, estabeleceu diálogos com os protagonistas da política brasileira, dentre eles Ulysses Guimarães, Delfim Netto, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer. Dedicou-se, também, intensamente para a vida religiosa, como autoridade máxima no Brasil da *Opus Dei*, para a qual a sua esposa Ruth Vidal teve um papel preponderante.

À frente da banca de Advocacia Gandra Martins, fundada em 1987, diariamente presta expediente em seu escritório, situado no coração do centro financeiro da cidade de São Paulo. É autor de mais de 80 obras individuais, mais de 300 obras em coautoria com os mais renomados juristas, ministros (dos onze ministros do STF, tem escrito livros com sete deles) e lideranças intelectuais do País e do exterior. Suas obras e artigos encontram-se publicados em mais de 20 países. No campo do Direito destacam-se os *Comentários à Constituição do Brasil*, escrito em parceria com Celso Bastos, em 15 volumes, com mais de 10 mil páginas, pela Editora Saraiva, de 1988 a 1998, e às *Pesquisas Tributárias*, veiculados durante 44 anos, em 44 volumes.

Sua visão aguçada, temperada pelas experiências vanguardistas no Brasil e no exterior, permitiram realizar profundas reflexões no campo da política nacional

e internacional. Nesse sentido, destacam-se obras como: *Uma Visão do Mundo Contemporâneo*; *A era das contradições*; *A queda dos mitos econômicos*; *O Estado à Luz da História, da Filosofia e do Direito*; *A era dos desafios – a humanidade e seus dilemas*.

Sua atividade intelectual e cultural o levou a participar de 34 academias, dentre as quais a Academia Lusitana de Ciências, Letras e Artes, a Academia Internacional de Direito e Economia, a Academia Paulista de Letras, a Academia Brasileira de Filosofia, a Academia Brasileira de Direito, a Academia Brasileira de Direito Tributário, a Academia Paulista de Educação, a Academia de Letras da Faculdade de Direito da USP, a Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas, a New York Academy of Sciences e a Academia Tributária das Américas.

Com uma capacidade de pensar e agir incomuns, é atualmente professor emérito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e de UNIP, UNIFIEO, UniFMU, CIEE/SP, ECEME, ESG e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região. É também professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasile Goldis (Romênia). É ainda doutor *honoris causa* das Universidades de Craiova (Romênia) e da PUC/Paraná, e catedrático da Universidade do Minho (Portugal), fundador e presidente honorário do Centro de Extensão Universitária – CEU - Escola de Direito do Instituto Internacional de Ciências Sociais – IICS, chanceler e titular da cadeira número dois da Academia Paulista de Letras Jurídicas e presidente do Colégio de Presidentes do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP).

Como se não bastasse, seu veio artístico-literário também foi desenvolvido de forma intensa. Desde 1948 tem escrito poesias, destacam-se *Poesia Completa* com 20 volumes, um romance e uma peça teatral escrita aos 17 anos, além dos *haicais* (poesias com métrica japonesa). »

“A minha visão do Direito é que o jurista deve ser, dos cientistas, o mais universal, seja ele advogado, juiz, membro do Ministério Público, atuando na advocacia do poder público. Essa é a única maneira de poder não ter que conhecer através da mão dos outros.”



ASSISTA A
ENTREVISTA
EM VÍDEO



Justas deferências e reconhecimentos tem recebido. Até o momento são oito livros escritos em sua homenagem. Destaca-se a obra *Direito, Economia e Política: Ives Gandra, 80 anos do humanista*, uma homenagem conjunta da Faculdade de Direito do Mackenzie, do Instituto dos Advogados de São Paulo e da Academia Paulista de Letras Jurídicas. “Não há homenagem que seja capaz de expressar a nossa gratidão pelas suas contribuições ao mundo jurídico”, consta registrado no prefácio da obra.

Esta entrevista exclusiva para a *Performance Líder*, realizada em seu escritório em São Paulo, inicia com uma inusitada conversa sobre o karatê. Foi faixa preta, “Senpai” – na cultura oriental, o mestre escolhe o seu discípulo para sucedê-lo – do Mestre Akamine (introdutor do estilo “Goju-ryu” no Brasil e fundador da Associação Brasileira do Karatê). Tornou-se vice-presidente da Associação Brasileira de Karatê e chegou a apresentar por diversas vezes em programas de TV, quebrando tijolos, telhas e madeiras com as duas mãos. Sua foto está exposta no Karate Museum de em Okinawa e recebeu o título de doutor *honoris causa* em Artes Marciais da University of Pennsylvania, nos Estados Unidos.

Um gênio e líder nato, como mãos de luz, em que tudo que toca e realiza causa evolução. “Um cidadão comum”, como prefere se definir, pois assim há mais liberdade de expressão, de ação e de criatividade, característica própria dos gênios que a vida providencia para a evolução qualitativa da humanidade: quanto maior, mais abaixo se posiciona.

Enquanto nos preparávamos para esta entrevista, nos demos conta do quanto se desconhece dos seus feitos e realizações. Sabe-se muito o que o senhor fez no que se refere ao Direito tributário, constitucional, o que já são enormes contribuições, mas, para além disso, impressiona o quanto fez e realizou em tantas áreas. E o senhor intitula-se “um cidadão comum”...

Não dou importância nenhuma. Eu me chamo de cidadão comum, primeiro porque eu nunca aceitei nenhum cargo, fui convidado três vezes, direta ou indiretamente, para ministrar e não aceitei, nunca quis. Para desembargador, para senador, para candidato a senador que ganharia no primeiro turno, porque o candidato que me convidou ganhou no primeiro turno e perdeu no segundo. Eu nunca aceitei porque eu acho que a minha vocação é só a de advogado, de professor universitário. Então eu conheço perfeitamente, o cidadão comum me fada a ser advogado e a fazer uma série de outras coisas de que eu gosto.

Em relação a este aspecto vocacional, o décimo mandamento do decálogo que o senhor tem no seu livro *Reminiscências de um Cidadão Comum* diz o seguinte: “Tua paixão pela advocacia deve ser tanta que nunca admitas deixar de advogar e, se o fizeres temporariamente, continua a aspirar o retorno à profissão, só assim poderá dizer à hora da morte: ‘cumpri a minha tarefa na vida, restei fiel à minha vocação: fui advogado’.” Quando o senhor teve a compreensão dessa vocação?

Não foi de imediato, porque eu seguiria o ramo do meu pai, a perfumaria, e fui para a França. Quando eu voltei e comecei a estudar, estudava à noite, eu e a minha mulher entramos juntos na faculdade, eu disse para o meu pai que gostava de Direito. Trabalhei de manhã, depois de formado, trabalhava com ele, e à tarde no escritório, como sócio do Wagner. No fim do primeiro ano de advocacia, eu trabalhei só na advocacia e meu irmão ficou com o negócio dele, e começou a trabalhar com o meu pai, e está com o negócio até hoje. Então, eu senti que era a advocacia, fui conselheiro da ordem, presidente do instituto. Enfim, são 42 títulos universitários no Brasil e fora. Então, tudo isso fez com que eu me sentisse interessante.

Qual, na sua visão, deve ser a formação de um operador do Direito?

Como o Direito exige um conhecimento abrangente, você não pode focar em apenas ler o código e interpretar ou defender o cliente, o importante é ter uma visão universal, pelo menos de todas as ciências sociais. O que eu idealizava e não consegui fazer era ter um curso de Direito como é na Medicina, em tempo integral, estudando as matérias de direito, mas também outras matérias, como Economia, Psicologia, ciências sociais, todas as matérias relacionadas às ciências sociais em geral, como Sociologia e Política. Assim, você se formaria um cidadão que poderia ser advogado, juiz, mas com uma visão independente. Então, a minha visão do Direito é que o jurista deve ser, dos cientistas, o mais universal, seja ele advogado, juiz, membro do Ministério Público, atuando na advocacia do poder público. Essa é a única maneira de poder não ter que conhecer através da mão dos outros. A minha visão é essa. Quando tomei posse na Academia Brasileira de Letras Jurídicas, eu defendi essa tese em 1991 ou 1992 e citei dois prêmios Nobel de economia, de Ronald Coase e o Douglass North. Mas o que esses prêmios Nobel de economia dizem? Ronald Coase e o Douglass North dizem que não há economia de mercado sem instituições jurídicas estáveis. O país, para se desenvolver, precisa ter segurança jurídica. Então, não é possível o jurista e o economista terem discursos e não terem um diálogo capaz de se entenderem.

E, nesse intuito, onde entra o conhecimento filosófico?

É fundamental, logo de início. Eu tenho outro livro chamado *Uma Breve Introdução ao Direito*, é um livro simples, mas nesse livro filosofei um pouco sobre o Direito. Explicarei como o fiz, dividi-o em dez partes. Comecei com o homem: o homem e a vida, o homem e as coisas, que é a relação do direito entre as pessoas e entre as pessoas e as coisas, por exemplo, Robinson Crusoe, quando vivia sozinho na ilha, não precisava de Direito. Então, o Direito é uma relação entre pessoas e entre o homem e as coisas. O homem e a alma, porque nós temos algo que um animal, um leão, cavalo, não tem? Tem instintos

“O meu conselho aos jovens é o seguinte: vale a pena! Nunca no Brasil se abriu tanta perspectiva para o conhecedor de Direito como agora.”

“Estudar sempre e trabalhar com intensidade e ética. Eu posso garantir: terá sucesso. Não há preço que pague a confiança que um cidadão ou um cliente possa ter em um advogado que é ético.”

apenas. O homem e o homem, isto é, o homem enquanto não só espírito, mas o homem como a sua integralidade na vida. Do homem passo para a sociedade: a sociedade e a sobrevivência, como a sociedade foi formada, as primeiras tribos, mostrando que o homem sempre viveu em sociedade para poder sobreviver. Depois o homem e a convivência, entre a sobrevivência no mundo e a convivência para começar a sua análise e crescer. O homem e a liderança, o homem e a regulação, só a partir daí que eu passo para a regulação do Direito: a regulação primitiva, a pré-civilizatória, porque houve uma regulação primitiva, por exemplo, uma tribo que tinha que sobreviver aos animais, tinham que fazer uma paliçada para proteção, todos pagavam o seu tributo *in natura*, porque todos precisavam construir a paliçada para se defender. Depois, a regulação escrita, e a regulação contemporânea, só então que eu vou para a lei, porque a lei já é: a lei e o poder, a lei e a sociedade, a lei e o povo, a lei e o mundo. Colocadas essas premissas, eu vou para o Direito, porque a lei pode existir, mas o Direito é apenas uma conformação ideal, não existe. Então, começa o estudo do Direito, a elaboração da lei, a aplicação das normas, a interpretação do Direito, para depois chegar ao Direito natural. Direito, legalidade e legitimidade, que é um direito mais longo para mostrar o aspecto filosófico. Por fim, o Direito e as outras ciências. Então, aqui também mostra a minha visão, isto é, como eu vejo o Direito!

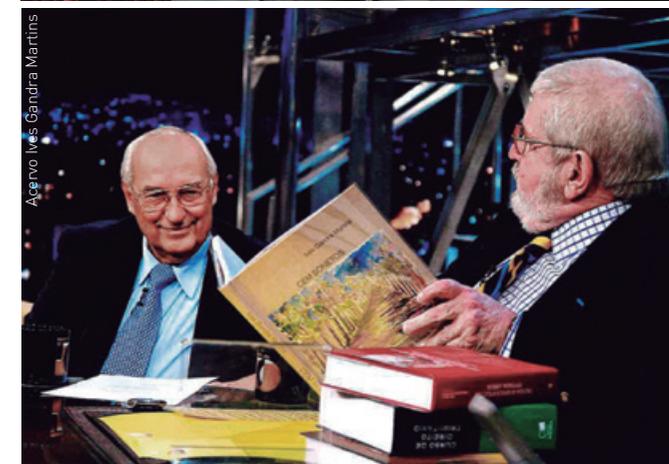
Dentro dessa abordagem, existe a lei da natureza e a lei criada pelo homem. Como o senhor enxerga essa relação?

Eu sou jusnaturalista, eu acho que há uma lei natural que pode ser deturpada pelos homens. Nesse ponto, qual a função do jurista? Aproximar ao máximo a lei do homem, aquela lei natural que é própria. Por exemplo, a lei do direito à vida. Todos os seres humanos têm o direito à vida, pode haver legislações que não o respeitem, como as ditaduras, mas isso não modifica o fato de que o direito à vida não é um direito criado pelo Estado. O direito à vida é um direito inerente a mim. Direitos naturais são aqueles direitos que, por ser um ser humano, automaticamente, desde o momento em que eu nasci, tenho direito a eles, se o Estado reconhece ou não é um outro problema de direito positivo. Mas o fato de ser direito natural não significa que todo direito positivo pode ser um direito violador. Porque há direitos positivos que não possuem relação com o direito natural, por exemplo, o direito à vida é meu, o Estado não cria, ele precisa reconhecer. Porém, o direito de adotar um regime parlamentarista ou presidencialista, é uma técnica que pode funcionar, mas como direito positivo, não decorre ao direito natural, decorre da livre opção que eu tenho de optar por esse ou por aquele caminho. Então eu não vejo um conflito entre o direito natural, que é um feixe de direitos inerentes ao ser humano, em que a função do Estado é apenas a de reconhecer, com um complexo maior, que são opções livres que o ser humano tem de escolher. Agora, por exemplo, cada vez que nós temos violência às pessoas, retirada de direitos, de dignidade, aí sim, eu tenho uma quebra dos direitos naturais, mas em escolhas de formas de governo ou regulamentação da sociedade não. Então, àqueles que dizem que não pode haver direito natural porque entra em conflito com o direito positivo, na verdade, por sinal eles se complementam. O direito positivo quando reconhece o direito natural por inteiro, é direito positivo com fundamento em direito natural, é um direito filosófico.

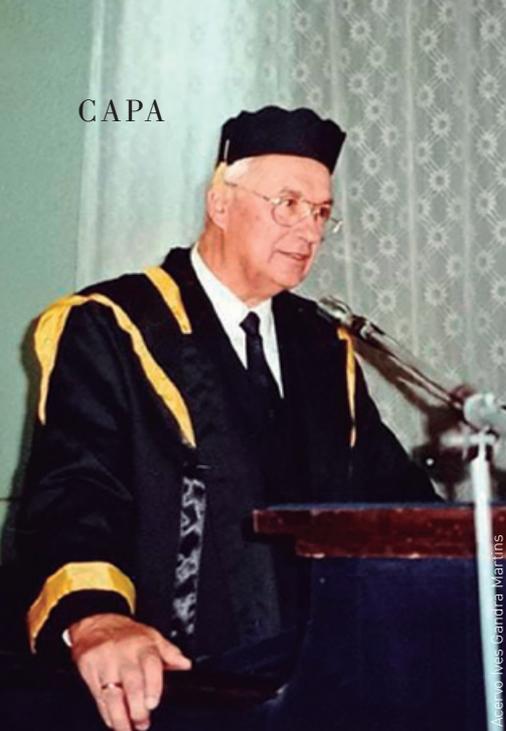
Os outros direitos, filosoficamente, precisam se aceitar por outro direito próprio do ser humano, que é o direito de escolha. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é uma declaração de direitos naturais, porque quem redigiu foi um autor francês chamado René Cassin, que era um jusnaturalista.

Como o senhor enxerga a advocacia no momento presente e futuro?

Acredito que a advocacia vai entrar em um sistema de automação. A parte de fluência do Direito passou a ser mais digital, a parte de computadores, a parte de memória, que hoje em nível digital você pode alcançar a qualquer momento, qualquer informação. Nós estamos nessa fase e não podemos desconhecer, isso pode facilitar enormemente a vida dos advogados, até para definir aquilo que pode ou não, se há campo para mudanças ou não, mas há um caminho natural que são os precedentes que começam e não é preciso ficar um recurso dependendo enormemente disso ou daquilo, ou ter um juiz com capacidade de decidir, isto é, estamos caminhando, eu não diria para uma eliminação da advocacia, mas uma advocacia mais eficiente para casos novos, ou para casos em que os precedentes cabem em campo de outra interpretação. Vantagem estupenda para o cliente, que não precisa pagar passagens, diárias, e também para mim, que não preciso perder um dia para uma sustentação. Essa automatização na justiça é um avanço extraordinário, o que não modifica a necessidade de um duplo campo de atuação, a interpretação do direito que possa permitir mudanças de determinados precedentes que não foram embasados adequadamente e, por outro lado, evidentemente, os casos novos, e uma participação mais intensa dos juristas em audiências públicas, junto ao Poder Legislativo, que faz as leis, para que eles levem o seu conhecimento, para que as leis não sejam leis oportunistas, leis de interesses particulares, mas sim do interesse da nação. Eu sempre fui um liberal, eu acho que a criatividade do cidadão fora do poder é sempre muito maior do que dentro do poder, porque, uma vez no poder, ele quer se manter no poder. No livro *Uma Breve Teoria do Poder* procurei mostrar isso, fora do poder você tem a



Autor de mais de 80 obras individuais, mais de 300 obras em coautoria com os mais renomados juristas, ministros e lideranças intelectuais do País e do exterior, Ives Gandra também protagonizou encontros com importantes personalidades (nas fotos, encontros com Papa Bento XVI, Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e Jô Soares).



Exímio intelectual forjado pelo conhecimento e pelas experiências de vida, Ives Gandra protagonizou diversos casos do Direito junto às altas cortes brasileiras, ingressou em diversas academias no Brasil e no exterior, e alcançou inúmeros títulos acadêmicos, premiações e homenagens.

“O Brasil tem um potencial muito grande, mas precisamos parar de nos digladiar entre esquerda e direita. Eu, como um velho professor, gostaria que houvesse mais debates sobre assuntos como esses.”

criatividade total. Também por isso eu nunca quis participar. No poder você tem pressão de todos os lados, vai ficando limitado, sua criatividade é muito menor do que no setor privado. Mas, nessas audiências públicas, esses advogados não estão contaminados de poder. Eu tenho a impressão de que poderá melhorar a qualidade não só das nossas leis, mas, principalmente, dos fundamentos da lei, ontologicamente falando, e não formalmente falando.

Que conselhos o senhor dá para um jovem que hoje está iniciando a sua trajetória de carreira e de vida?

O meu conselho é o seguinte: vale a pena! Nunca no Brasil se abriu tanta perspectiva para o conhecedor de Direito como agora. No meu tempo, o Direito internacional público, privado era uma matéria marginal, era como dizer que precisava complementar a sua cultura jurídica. Nós vivemos em um direito interno, um direito limitado, Direito civil, Direito penal, Direito trabalhista ou Direito do trabalho, o Direito processual penal e civil para entrar em juízo, Direito constitucional, mas havíamos ali 26 matérias das quais, muitas delas, eram teorias, Filosofia do Direito, Introdução à Ciência do Direito etc. Agora, internacional público e privado era apenas um ano, porque não havia campo. Direito civil, eram quatro anos, Direito comercial, três anos, Direito penal, três anos. Porque nós vivíamos o direito interno, não interessava o direito externo, o Brasil se universalizou, o mundo se universalizou. Depois da Segunda Guerra Mundial, nós não vivemos mais em nações independentes e isoladas, nós vivemos em uma globalidade. Então, tudo isso precisa de regulação, precisa de especialistas, isso exigirá cada vez mais uma legião, dentro do Brasil, de pessoas com esse conhecimento de universalização. Especializadas, por exemplo, nas relações do Brasil com a França, nestes setores com as empresas que estão aqui, nas relações com o Mercosul, com a União Europeia,



Acervo Ives Gandra Martins

Parlamento europeu, Estados Unidos. Então, aquele campo limitado em que se tinha 126 desembargadores em São Paulo, agora tem 360. Isso demonstra que nós estamos com 80 milhões de ações em juízo no Brasil para 213 milhões de habitantes. Portanto, há um espaço.

O que é preciso para ocupar este espaço, esta oportunidade?

Para este espaço precisa duas coisas. Estudar sempre! Eu estudo até hoje. Principalmente agora que sou velho há tanta coisa e, evidentemente, tenho muito mais limitações para poder acompanhar essa juventude extraordinária. Hoje, cada vez mais, especializa-se mais, porque é evidente que as especializações exigem um maior aprofundamento. Então, estudar sempre em primeiro lugar. Por outro lado, ter vontade de realmente trabalhar, ou seja, estudar sempre e trabalhar com intensidade e ética. Eu posso garantir: terá sucesso. Eu digo sempre para os alunos: “nada é tão desonesto quanto a honestidade”. Todo advogado que é ético, com o tempo todo mundo reconhece e ele passa a ser confiável, enquanto o desonesto, com o tempo, é descoberto. Então, seja ético, mesmo que no início seja mais difícil, porque, com o tempo, a sua confiabilidade vai crescendo, com a sua experiência, com o seu conhecimento, com o seu estudo, não há preço que pague a confiança que um cidadão ou um cliente possa ter em um advogado que ele sabe que é ético. A maior “desonestidade” que pode existir para um advogado é ser rigorosamente ético, porque ele vai levar uma vantagem no tempo sobre os desonestos, que nunca mais vão conseguir ultrapassá-lo.

“A humanidade precisa caminhar necessariamente para o Estado universal. Porque estamos em um planeta em que a população tem condições de destruí-lo por inteiro ou melhorá-lo consideravelmente, dependendo da nossa evolução.”

O senhor tem falado sobre o desequilíbrio entre os poderes, posicionando-se recentemente sobre um caso pontual, mas vemos que este desequilíbrio vem crescendo há anos. No seu entendimento, isso ocorre em benefício de quem?

Tem ocorrido o que eu chamo de decisões que se tornaram de rigor, decisões que o STF não deveria tomar. Por quê? Antes o STF era só representativo da lei. Eu vi um ministro, excepcional, chamado Moreira Alves, com o qual brincavam inclusive que o STF era o guardião da Constituição e o Moreira Alves era o guardião do STF. A meu ver era o

maior ministro da história do Supremo Tribunal Federal, e ele não deixava, por exemplo, uma discussão interna do Poder Legislativo, isso era matéria deles, para ele, nós só analisaremos a lei para ver se é constitucional ou inconstitucional, mas não interferir, ele jamais permitia. Porém, isso mudou. Toda a oposição que deveria ter o foro dentro do Poder Legislativo, vale dizer, eleito pelo povo, é lá que se discute. Cada vez que se perdem votações no Legislativo correm para o STF. O STF terminou quando começou a aceitar o direito de intervir no processo legislativo, começou a ser o último reduto da oposição. Evidentemente, como a oposição perde lá e ganha no STF, passou a ser o maior partido de oposição. E, de rigor, é essa interferência que eu sempre contesto. Hoje, nós estamos com uma instabilidade e uma insegurança jurídica. Por isso, quero colocar que a minha divergência com os ministros do STF não é pessoal, não é uma divergência de não os considerar bons juristas, pelo contrário, tenho um profundo respeito pelo conhecimento jurídico deles, todavia, eu vivi aquele período e a esmagadora maioria deles não viveu. Então, a minha divergência não é contra o talento ou a honestidade deles, muito menos quanto ao valor deles enquanto juristas, como doutrinadores, mas contra a corrente jurídica que eles estão seguindo, que seria válida se tivesse sido aprovada pelo Congresso, mas não foi. E a minha divergência é que eles estão legislando no lugar do Congresso e, se quisessem isso, deveriam pressionar o Congresso a votar nessa linha, e não sendo assim, colocam em risco discussões importantes como a economia, a educação e a saúde, isto é, verdadeiros projetos para o Brasil. O resultado das ações dos ministros é que ainda estamos em uma discussão do século passado, enquanto poderíamos estar em questões do século XXI.

Ao longo da sua trajetória o senhor já vivenciou ondas de avanços e retrocessos, fragilidades e fortalecimentos de nossas estruturas jurídicas e institucionais. Na sua visão, quais são os grandes

desafios para o presente e para as próximas décadas do Brasil?

Teoricamente, se analisarmos, esquecendo os problemas políticos, porque são eles que definem, o Brasil tem um potencial mundial único. Nós temos um território ensolarado, nós temos a possibilidade de aproveitar a floresta amazônica para entrar no mercado de carbono, por exemplo. Se soubéssemos trabalhar o mercado de carbono, teríamos uma verdadeira fortuna para o Brasil, que manteria também a floresta. Porque, do ponto de vista dos recursos naturais, não há governo que possa controlar. Se pegarmos Alemanha, Itália, França, Espanha, Inglaterra, Portugal e mais a Áustria, o foco é a floresta amazônica. Ao mercado de carbono, para preservá-lo, no ano passado foram cerca de 250 bilhões de dólares, valor que representou praticamente o PIB de mais de 50% dos países do mundo, e que foi movimentado com núcleos pequenos, então imagine! E nós não movimentamos isso mesmo com o tamanho da floresta amazônica. Eu também acho fundamental o problema da educação. A educação e a saúde, o art. 212 da Constituição dá até mesmo incentivos especiais de 25%. Claro, houve uma redução com a emenda da Constituição número 1, devido aqueles 20% em planos de emergência que ainda não foram alterados, mas por serem de emergência provavelmente serão, e muitos municípios e estados dão o valor total, independentemente do plano social de emergência. Então eu considero o seguinte: investir nisso. Agora, como faço a economia andar? Na agropecuária, nós somos o país mais desenvolvido do mundo, nivelados com

“Se nós olharmos a evolução do Direito, ele é quem regula tudo. Pelo Direito é que nós temos sensibilidade de como a humanidade vai evoluindo.”

EUA, melhores que na Europa. Então, por que o Brasil e o Mercosul não conseguiram um acordo razoável com a União Europeia? Porque a França não queria, porque ela não tem capacidade de concorrer com o Brasil. Por que o Macron atacou dizendo “não pode comprar produto brasileiro, por causa da floresta amazônica”? Foi para se proteger. Porque a nossa agricultura tem uma grande força. Na União Europeia, no tratado de Roma, entre os seis primeiros países, a França era o país mais preparado, mas foi o que mais se opôs ao Brasil. Também a nossa técnica de agropecuária é o que gera economia. Neste ano, possivelmente, iremos chegar a 100 bilhões de dólares. E a economia não está indo tão mal assim. O desemprego de 14% caiu para 9,3%, a inflação, neste mês, deve cair para 9,6%. A Inglaterra está em 10,1%, a União Europeia em 9,8%, ou seja, na prática, os outros países estão vivendo um drama maior e nós teremos, possivelmente, de 160 bilhões de dólares a quase 100 bilhões de dólares de saldo na balança comercial, mesmo com todas as críticas que fizeram ao plano de auxílio de emergência. O povo estava com fome, estava morrendo de fome, houve a pandemia, a guerra, além da necessidade de negociar com novos fornecedores. Então, na agropecuária, temos uma grande produção industrial, hoje nós temos tudo: sistemas de colheita, as técnicas, é efetivamente uma vocação natural do País. Porém, evidentemente, perdemos muito espaço em termos de indústria e precisamos pensar isso, talvez com uma política tributária, na qual eu entendo que há uma falha grande, mas, em um nível de comércio nós estamos muito bem colocados, às instituições. Então, o Brasil tem um potencial de educação e saúde como base, e a floresta amazônica também é fundamental para o seu crescimento. Eu tenho a impressão de que existe uma potencialidade muito grande, mas precisamos parar de nos digladiar entre esquerda e direita. Eu, como um velho professor, gostaria que houvesse mais debates sobre assuntos como esses.



Arquivo Ives Gandra Martins

Dada essa potencialidade brasileira gigante, o que é preciso se fazer daqui para frente para que ela possa se tornar história e não que fique apenas como potencial?

Aí eu partiria da seguinte solução: parlamentarismo. Das 20 maiores democracias do mundo, 19 são parlamentaristas e só uma presidencialista, lembrando que a China não é democracia. Quando é que um parlamento funciona? Qual é o momento mais alto do parlamento? Não é só fazer leis, isso não deveria soar normal. Em uma economia estável, em um país estável, as leis deveriam ser estáveis e não mudar a toda hora. É a discussão do orçamento. Cada vez que o primeiro-ministro manda o orçamento, a situação precisa ser votada em bloco, senão perde o poder. É um compromisso de todos os legisladores que estão na situação com aquela indicação. A coligação vota sempre para garantir o primeiro-ministro, porque se não garantir perde o poder. Então, não há captação do orçamento. Em um país como o nosso, em que temos 35 partidos, mas, com assento no congresso creio que sejam 26, quando o presidente manda o orçamento, ninguém tem compromisso com o partido, “se o senhor me der essa cota”. O orçamento brasileiro, neste último governo, foi capturado em 26%, isso quer dizer que não há um compromisso do legislador com a governança, ela é problema do Executivo, mas ele precisa do orçamento, e cada um quer pegar o orçamento para o seu próprio curral eleitoral. Coisa que não acontece no parlamentarismo, porque, como sai do governo, do próprio parlamento. Resultado: são 19 países, as maiores democracias são parlamentaristas, e a única presidencialista são os Estados Unidos. Por isso traz estabilidade, não dá para um democrata virar republicano ou um republicano virar democrata. Agora, isso no Brasil atrasa, porque o chefe de Estado é obrigado a negociar de todas as formas para obter e é obrigado a fazer concessões. Então, o presidencialismo do Brasil é extremamente deletério e nocivo. Eu sou parlamentarista desde muito tempo, não estou dizendo isso agora por causa deste governo ou dos governos anteriores. »

“A maior ‘desonestidade’ que pode existir para um advogado é ser rigorosamente ético, porque ele vai levar uma vantagem no tempo sobre os desonestos, que nunca mais vão conseguir ultrapassá-lo.”

bana e Farroupilha foram os sistemas locais que não resistiram e a nossa revolução paulista não foi para separar São Paulo, foi para tentar uma Constituição, por isso era chamada constitucionalista, porque estávamos em uma ditadura que queria um sistema constitucional, que veio com a Constituição de 1934, que durou três anos. Então, se analisarmos essa cultura portuguesa, nós fizemos aqui no Brasil, digamos, uma convivência de raças. Por isso, quando assumi, sou catedrático na Universidade do Minho, em Portugal, coloquei no meu discurso isso, que dizia que, se nós tivéssemos esse espírito de imanar, nós iríamos conseguir muito mais.

O senhor falou sobre a formação do operador jurídico, sobre o desequilíbrio entre os poderes aqui no Brasil, depois o senhor resgatou o valor e a potência do povo brasileiro, do Brasil enquanto nação e agora extrapolou para uma dimensão internacional. Nesse contexto como um todo, qual é função ou qual deveria ser o papel do Direito?

Eu tenho a impressão de que o Direito é o que temos de mais importante para o que é uma organização mundial. Se nós analisarmos, o Tratado de Roma, o que é? É um tratado de Direito. A União Europeia, hoje, é um tratado de Direito. Eu sempre digo que ela é, de rigor, como se fosse uma federação de países e não uma confederação de países, porque, na prática, quando eu tenho diretrizes da União Europeia nos tratados, que os signatários são obrigados a seguir, aquilo vaza sobre o direito de cada nação, naquelas diretrizes assinadas. Na verdade, é um direito organizativo de uma organização mundial. Eu, desde 1977, defendo o Estado universal, porque a humanidade precisa caminhar necessariamente para o Estado universal. Ex-pactos, como o Mercosul, que ainda está engatinhando, mais a União Europeia, que é uma realidade, mas que também pode ter retrocessos e avanços, é semente de um Estado universal, porque estamos em um planeta em que a população tem condições de destruí-lo por inteiro ou melhorá-lo consideravelmente, dependendo da nossa evolução. Eu sou otimista também sobre um outro ponto, vou relatar um livro, chama-se *A Era dos Desafios*. Quantos anos tem o Universo? Em torno de 13 bilhões a 15 bilhões de anos. Quantos anos tem a Terra? Em torno de 5 bilhões de anos. Quantos anos tem a vida na Terra? Entre 3,5 bilhões a 4 bilhões de anos. As espécies foram sendo criadas desde a primeira célula. Quantos anos viveram os dinossauros? 150 milhões de anos. O *Homo erectus*, que não é o *Homo sapiens*, tem de 1 milhão e 400 mil a 2 milhões de anos, que não representa nada ao

Na sua obra *A Era dos Desafios – a humanidade e seus dilemas*, a última frase traz o desejo de “que o Brasil possa ensinar ao mundo como gerar a paz”. O patrono da nossa faculdade, o Acadêmico Prof. Antonio Meneghetti, sempre enxergou o Brasil como um país capaz de um novo humanismo. Qual sua visão sobre essa possibilidade?

Todos passam um período como nós estamos passando, um momento, mas se analisarmos a história, nós veremos algumas coisas interessantes, como o Tratado de Tordesilhas, que divide a América entre a Espanha e Portugal. A natureza portuguesa sempre foi muito mais de solidarizar-se com os povos, até pelas grandes conquistas, ao contrário dos espanhóis. Portugal que sempre foi unido e manteve um país continental, graças a essa convivência entre os povos. Veja, por exemplo, o nordestino e o gaúcho, pronúncias completamente diferentes, costumes diferentes, nós possuímos diversos costumes, mas todos sendo brasileiros. Mesmo todas as revoluções internas que aconteceram, por exemplo: Ca-

lado dos 150 milhões de anos. O homem de neandertal é de 50 mil anos atrás. O *Homo sapiens* é de 200 mil a 300 mil anos. O que são 200 mil anos ao lado dos 150 milhões de anos dos dinossauros? A civilização de neandertal, a civilização de Cro-magnon, eu ainda estou falando da pré-história; as cavernas de Altamira, são de 20 mil anos atrás, que não é nada no relógio do tempo. A história narrada, escrita pela primeira vez, isto é, o primeiro documento escrito, é de Sinuhe, que conta uma história do Egito, na 18ª dinastia, é de 6 mil anos. Há 2 mil anos, para não ficar mal em um banquete, um cidadão mandou cortar a cabeça de um prisioneiro, sem julgamento, sem nada, só para ficar bem com os seus convidados. Nós tivemos na época da monarquia absoluta, há 300 anos, época de Luiz XIV, que mandou matar um nobre porque tinha um palácio melhor do que o dele, e mandou fazer o Palácio de Versalhes. O rei fazia o que bem entendia, ainda hoje, nas ditaduras, nós estamos vendo isso. Ainda assim, nós tivemos o Holocausto, mas tivemos a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mesmo as ditaduras como a da Venezuela possuem mais direitos individuais relacionados do que a nossa, então não existem garantias, mas eles já começam a ter que possuir justificativas, direito de defesa, por exemplo, e as democracias que vão crescendo, isso é um peso há 300 anos, e a declaração é de 1948. Então, se nós analisarmos o relógio do tempo, em 150 milhões de anos dos dinossauros, e dos 200 mil a 300 mil anos do *Homo sapiens*, e dos 100 mil anos de história narrada, é muito pouco, quer dizer, nós temos aí um tempo enorme para a evolução e evoluímos.

Cinco figuras importantes: Confúcio, Buda, Isaías, Zaratustra e Pitágoras, pré-socráticos, todos eles colocando em profundidade a teoria de como o ser humano pode viver melhor. Não estou falando de religião, estou falando de filósofos, de pessoas que lideravam e que apresentaram maneiras de se bem viver. Para nós, que vivemos 100 anos em um universo de 15 bilhões de anos, não somos nada. Por exemplo, em 2018, encontraram um buraco negro, que é capaz de não existir, a mais de 55 bilhões de anos-luz, nós temos dezenas de bilhões de galáxias no Universo, e na Via Láctea nós temos bilhões de sistemas estelares iguais ao nosso, no nosso sistema solar a Terra é pequenininha, mas ela é habitada, há uma razão para isso. Hoje, todos nós pensamos, mas precisamos dar algo de valor nessa imensidão, mesmo nós que recém viemos. Por exemplo, quando eu digo “cidadão comum” é porque, de rigor, nós não somos absolutamente nada, se eu perguntasse: “sabe o nome do prefeito de Chicago? Sabe o nome do prefeito de Miami?” Mas ele dirá que se consagrou uma grande pessoa. Há um filósofo italiano que eu gosto muito, chama-se Giambattista Vico, que dizia o seguinte: “o mundo evolui por espirais”. Você vai para cima e para baixo, mas sempre o ponto mais baixo da espiral recente é mais alto que o ponto mais baixo da espiral anterior. Isso, se nós olharmos a evolução do Direito, ele é quem regula tudo isso. Pelo Direito é que nós temos sensibilidade de como a humanidade vai evoluindo. Eu, apesar de tudo que acontece, em primeiro lugar, vivo tranquilamente, porque não me dou importância e, segundo lugar, eu sou otimista em relação à humanidade, apesar dos 87 anos, sabendo que a minha vida está no fim. Isso leva-se sem peso nenhum nas costas, com maior tranquilidade. Quando sou criticado não dou importância e, ao mesmo tempo, quando também tenho sucesso não me dou a importância, porque sei que isso é de uma relatividade na imensidão do universo. ■

“Quando sou criticado não dou importância e, ao mesmo tempo, quando também tenho sucesso não me dou a importância, porque sei que isso é de uma relatividade na imensidão do universo.”